

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: PANORAMA NA BRAPCI

SCIENTIFIC PRODUCTION ON ACCESSIBILITY AND INCLUSION: AN OVERVIEW OF BRAPCI

Tania Chalhub – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Rodrigo Oliveira de Paiva – Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)/PPGCOM (UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A acessibilidade é um direito fundamental que visa assegurar a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. Os progressos dos movimentos sociais em prol de práticas mais inclusivas possibilitaram maior aprofundamento e compreensão sobre a disponibilização de informações acessíveis a diversos públicos, com novas questões e análises. No campo da Ciência da Informação, esse tema tem se consolidado como eixo estratégico para a promoção da inclusão, especialmente após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). O presente estudo tem como objetivo analisar a produção científica sobre acessibilidade disponível na BRAPCI no período de 2015 a 2024, ou seja, dez anos após a sanção da LBI. A pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliométrico de natureza quantitativa e descritiva. Para a construção do corpus, foi realizada uma busca na BRAPCI utilizando o descritor “acessibilidade”. Foram selecionados artigos científicos e trabalhos completos de eventos indexados na base, excluindo-se resumos, teses e dissertações. Os resultados apontam para evolução da temática indo de acesso físico a acessibilidade digital e acessibilidade para públicos específicos como estudantes surdos ou cegos em bibliotecas e museus.

Palavras-chave: acessibilidade; produção científica; pessoas com deficiência.

Abstract: Accessibility is a fundamental right that aims to ensure the full participation of people with disabilities in society. The progress of social movements in favor of more inclusive practices has enabled greater depth and understanding of the provision of accessible information to diverse audiences, with new questions and analyses. In the field of Information Science, this topic has been consolidated as a strategic axis for the promotion of inclusion, especially after the enactment of the Brazilian Law for the Inclusion of People with Disabilities (Law No. 13,146/2015). The present study aims to analyze the scientific production on accessibility available at BRAPCI from 2015 to 2024, that is, ten years after the sanction of the LBI. The research is characterized as a bibliometric study of a quantitative and descriptive nature. To construct the corpus, a search was carried out at BRAPCI using the descriptor “accessibility”. Scientific articles and complete works of events indexed in the database were selected, excluding abstracts, theses, and dissertations. The results point to the evolution of the theme, going from physical access to digital accessibility and accessibility for specific audiences such as deaf or blind students in libraries and museums.

Keywords: accessibility; scientific production; people with disabilities.

1 INTRODUÇÃO

Desde suas origens, a Ciência da Informação tem se pautado por um compromisso ético e epistemológico com o acesso à informação, tanto nas práticas profissionais quanto nos processos de produção de conhecimento. Paul Otlet pode ser considerado um precursor dessa perspectiva ao defender, ainda no final do século XIX, a organização e disseminação do saber por meio da integração de mídias textuais e visuais. Um exemplo emblemático desse compromisso foi a iniciativa da *Library of Congress*, nos Estados Unidos, que já em 1897 implementou um serviço voltado ao atendimento de pessoas com deficiência visual, criando uma sala de leitura em Braille (Hill, 2013). Esses esforços pioneiros demonstram que a acessibilidade informacional é uma preocupação estrutural no campo da informação.

No entanto, o atual cenário comunicacional em espaços educacionais e culturais impõe novos desafios, sobretudo para pessoas com deficiências sensoriais que enfrentam barreiras significativas no acesso e na mediação da informação. Em um contexto acadêmico cada vez mais digitalizado e pautado pelo uso de recursos textuais e audiovisuais, torna-se fundamental questionar: como garantir a participação plena e equitativa de todos os sujeitos nos processos de ensino, pesquisa e extensão? Embora o uso de objetos digitais e repositórios acadêmicos tenha ampliado a circulação do conhecimento, permanece a necessidade de refletir criticamente sobre o quanto esses ambientes realmente contemplam as demandas de acessibilidade comunicacional.

A acessibilidade à informação é um direito fundamental que objetiva garantir a participação plena de todos os cidadãos na sociedade, especialmente das pessoas com deficiência, historicamente marginalizadas dos processos comunicacionais. No campo da Ciência da Informação, a discussão sobre acessibilidade tem sido incorporada a partir de uma concepção ampliada de inclusão social, na qual o acesso igualitário à informação é visto como condição básica para o exercício da cidadania (Freire, 2004). A informação, nessa perspectiva, é entendida não apenas como um bem simbólico, mas como um recurso estratégico de emancipação, especialmente quando acessível em formatos que respeitem a diversidade de capacidades dos indivíduos (Botelho; Menezes, 2022).

A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146/2015 – representou um marco na consolidação de políticas públicas voltadas à promoção de direitos desse grupo. A LBI estabelece, entre outros pontos, a obrigatoriedade da acessibilidade nos meios de comunicação e informação, responsabilizando instituições

públicas e privadas por garantir que os conteúdos estejam disponíveis em formatos acessíveis, como o Braille, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a comunicação ampliada e alternativa (Brasil, 2015). No âmbito da Ciência da Informação, estudiosos como Fujino (2017) argumentam que essa legislação impõe novos desafios éticos e técnicos às bibliotecas, arquivos e demais espaços de informação, exigindo a reconfiguração de práticas profissionais com foco na inclusão.

A produção científica sobre acessibilidade, portanto, revela-se uma lente importante para avaliar o grau de comprometimento da área com a temática da inclusão informacional. Segundo Alves e Vigentim (2013), os estudos em Ciência da Informação têm avançado na direção de uma abordagem mais crítica e social da acessibilidade, superando uma visão meramente técnica. Nesse cenário, a análise bibliométrica oferece uma metodologia eficaz para mapear tendências, lacunas e abordagens predominantes nas publicações científicas, permitindo compreender como e em que medida os pesquisadores da área têm respondido às demandas postas pela LBI (Beira *et al.*, 2020).

A Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), por sua vez, constitui uma base de dados estratégica para esse tipo de análise, pois concentra a produção acadêmica de revistas científicas, programas de pós-graduação e eventos da área. Investigar a presença e a evolução das discussões sobre acessibilidade na BRAPCI após 2015 permite aferir os impactos da LBI na pesquisa nacional. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar um panorama da produção científica sobre acessibilidade disponível na BRAPCI a partir da promulgação da LBI, contribuindo para uma reflexão crítica sobre o papel da Ciência da Informação na promoção da inclusão da pessoa com deficiência.

2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE

A construção do conhecimento tendo como foco a acessibilidade em qualquer ambiente é uma atividade que demanda um exercício complexo dado que o tema é estritamente relacionado a sujeitos com demandas sensoriais e informacionais diversas. Pensando nesse contexto, precisa-se começar discussão sobre acessibilidade pelos elementos presentes nas últimas conquistas com a eliminação das barreiras informacionais e atitudinais, com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão. Porém, vale destacar que os debates relacionados às pessoas com deficiência adquiriram maior visibilidade no âmbito dos direitos humanos a partir de 1995. Esse marco ocorreu com a

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

criação da Secretaria Nacional de Cidadania no Ministério da Justiça, que representou uma conquista proveniente de movimentos sociais em prol dos direitos de diversos grupos previamente marginalizados. Essa história é moldada por uma colaboração de múltiplos atores que se uniram em prol da redução das desigualdades e em busca da igualdade de oportunidades.

No contexto dos movimentos sociais do final do século XX é elaborada e aprovada a Lei 10.098 de 2000 que traz foco para a temática ao estabelecer normas para acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.296/2004, estabelece o conceito de acessibilidade, porém não enfatiza explicitamente a dimensão comunicacional. Nesse contexto, é perceptível que a ênfase principal está voltada para as questões físicas,

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Pode-se observar que ocorreram avanços na compreensão de acessibilidade sob uma perspectiva inclusiva. Esses avanços vão além do simples acesso, concentrando-se na capacidade de se apropriar da informação, produtos e serviços, o que confere um caráter emancipatório e potencializador. Para assegurar essa forma de acessibilidade, é fundamental remover as barreiras que restringem os direitos à autonomia, liberdade de locomoção, compreensão, comunicação e informação.

A Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 aprimora definição anterior da Lei de 2000 complementando com elementos mais explícitos (em negrito):

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação e comunicação**, inclusive seus **sistemas e tecnologias**, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei de 2000 que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.296/2004 define acessibilidade sem destacar a questão comunicacional, percebemos o enfoque maior na questão física

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida

Observa-se, pois, aos avanços na concepção de acessibilidade numa perspectiva inclusiva, indo além do acesso, com ênfase na apropriação da informação, produtos e serviços, adquirindo um caráter emancipatório e potencializador. Para garantir essa acessibilidade é

necessária a eliminação de barreiras que limitam os direitos à autonomia, liberdade de movimento, compreensão, comunicação e informação.

Merece destaque o capítulo da LBI que diz respeito ao acesso à informação e à comunicação no ambiente virtual, sendo importante a criação de um ambiente, principalmente o acadêmico, comprometido com a construção de conhecimento, acessível digitalmente.

Para Sasaki (2010), acessibilidade digital pode ser considerada um tipo de acessibilidade comunicacional, com destaque para a comunicação baseada em linguagens que não apenas a língua oral, mas também a língua de sinais, a escrita em Braille dentre outras formas comunicacionais táteis e visuais.

Acessibilidade tem sido um tema importante desde as últimas décadas do século XX, em diversas áreas, da educação à saúde. Ao ser realizada uma busca avançada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)¹ utilizando os termos acessibilidade e educação foram obtidos um total de 1912 trabalhos acadêmicos, sendo 1514 dissertações e 398 teses. Se usar-se acessibilidade e informação recuperam-se 1057 trabalhos, 832 dissertações e 225 teses com foco em assuntos como deficiências, inclusão, usabilidade. Vale destacar que o trabalho mais antigo na área da Ciência da Informação é a dissertação de mestrado de Oberhofer (1979) sob orientação de Gilda Braga.

Ao serem refinadas as buscas para acessibilidade em ambientes digitais e pessoas com deficiências os resultados apontam a importância de áudio e leitores de telas (Souza, 2014) e a língua de sinais (Corradi, 2007) como alguns dos importantes recursos que precisam estar presentes para que as pessoas com deficiências possam interagir e se apropriar das informações.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliométrico de natureza quantitativa, com o objetivo de mapear e analisar a produção científica sobre acessibilidade publicada na BRAPCI a partir da promulgação da LBI, sancionada em 2015. A bibliometria, enquanto método consolidado na Ciência da Informação, permite mensurar padrões de produção,

¹ Busca realizada em 20 de abril de 2025.

identificar autores, instituições, temas recorrentes e lacunas na pesquisa científica (Almeida Júnior; Guimarães, 2013).

Para a construção do corpus, foi realizada uma busca direta na BRAPCI utilizando o descritor: “acessibilidade”. O recorte temporal adotado abrange o período de 2015 a 2024, correspondendo a dez anos desde a promulgação da LBI, o que possibilita uma análise longitudinal da produção científica no pós-lei.

Foram considerados os artigos científicos e trabalhos completos apresentados em eventos indexados na BRAPCI, excluindo-se resumos de eventos, teses, dissertações e outros documentos não avaliados por pares. Os dados recuperados foram organizados em planilha eletrônica *Excel* e analisados com base em indicadores bibliométricos, tais como: frequência anual de publicações, autores mais produtivos, instituições de filiação, palavras-chave mais recorrentes e periódicos com maior número de publicações.

Essa metodologia permite não apenas mensurar a produção científica sobre acessibilidade, mas também compreender criticamente os caminhos percorridos pelos pesquisadores ao longo da última década, no contexto das transformações sociais e legais promovidas pela LBI.

O levantamento realizado na base BRAPCI resultou em 525 itens. Após a organização dos dados conforme os objetivos da pesquisa, foram descartados 52 registros, entre eles editoriais, pôsteres, entrevistas, resenhas, resumos de teses e dissertações, além de publicações sem acesso ao texto completo. Com isso, a análise dos resultados baseia-se em 430 itens.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das 430 publicações selecionadas para análise, identificou-se a distribuição em 77 canais de comunicação científica, abrangendo tanto veículos nacionais quanto estrangeiros, entre estes, sete periódicos oriundos de Portugal, México, Peru e Argentina. É importante ressaltar que 23 desses periódicos publicaram apenas um ou dois artigos sobre o tema, evidenciando uma dispersão significativa da produção.

Os periódicos com maior concentração de publicações, isto é, aqueles que veiculam dez ou mais artigos relacionados à acessibilidade, estão listados na Tabela 1. Esses canais

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

configuram-se como espaços recorrentes de disseminação da temática no contexto da Ciência da Informação brasileira.

Tabela 1 - Principais canais de comunicação de produção científica sobre acessibilidade na BRAPCI

Canais de comunicação	Frequência
ENANCIB	69
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	33
Informação & Informação	22
Inclusão Social	17
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	14
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	13
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	11
RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	10
Biblionline	10
Ciência da Informação	10

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os dados revelam que a produção científica sobre acessibilidade está distribuída em um pequeno número de canais especializados, três (3) com mais de 20 publicações em uma década. O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) se destaca de forma expressiva, com 69 publicações, mais que o dobro do segundo canal mais recorrente. Esse número reforça o protagonismo do evento como espaço qualificado de socialização da pesquisa e debate acadêmico sobre temas emergentes, como a acessibilidade informacional. O reconhecimento do ENANCIB pela comunidade científica da área contribui para esse destaque, refletindo seu papel central na consolidação de linhas de pesquisa.

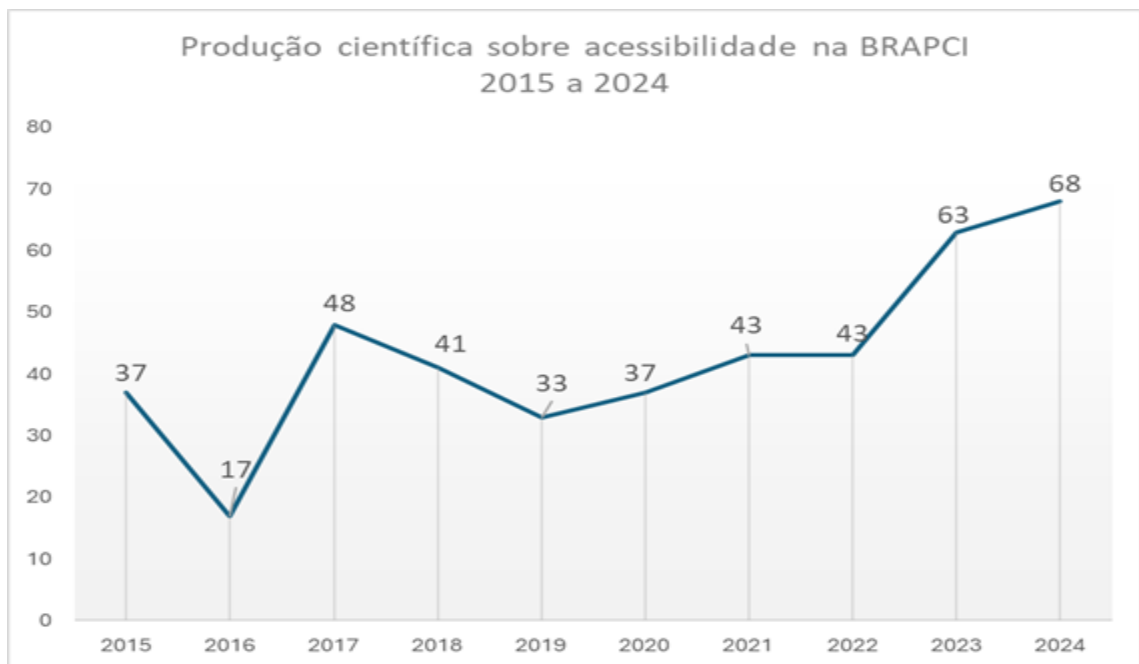
Na sequência, observa-se a presença significativa da *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, com 33 artigos publicados no período, seguida pelas revistas *Informação & Informação* (22) e *Inclusão Social* (17), que também mantêm um volume expressivo de publicações sobre o tema. As demais revistas listadas na Tabela 1 apresentam distribuição bastante próxima, com variação de 10 a 14 artigos entre 2015 e 2024.

Cabe destacar que a *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia* frequentemente publica artigos premiados no ENANCIB, o que reforça a articulação entre os espaços de divulgação e validação científica. Em razão disso, foram desconsideradas duas publicações repetidas desse canal, oriundas de autores com maior frequência de produção, a fim de evitar duplicidade na análise por autores.

Esse panorama evidencia que, embora a temática da acessibilidade esteja presente em diferentes periódicos, sua circulação mais intensa se dá em veículos especializados ou fortemente associados aos debates da área, como eventos científicos de nível nacional. Ao mesmo tempo, a concentração de publicações em poucos canais pode apontar para a necessidade de maior difusão e transversalidade da discussão, especialmente em periódicos interdisciplinares ou de outras áreas correlatas.

Complementando essa discussão dos é interessante ver a evolução da produção científica sobre acessibilidade ao longo do período, um cenário de crescimento significativo nos últimos anos, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Evolução da produção científica sobre acessibilidade na BRAPCI entre 2015 e 2024



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A curva ascendente do Gráfico 1 apresenta pequenas variações em 2016, 2018 e 2019, com aumento significativo em 2017 voltando a curva ascendente em 2020. Entre as publicações de 2015 aparece a temática com foco em Informação legislativa e cidadania, destacando reflexões sobre bibliotecas inclusivas e sistemas.

Com relação às autorias, há uma distribuição entre autores com baixa frequência de publicações no tema, 751 com uma publicação, 108 com duas e 43 com três publicações. É importante esclarecer que o quantitativo elevado de autores com uma ou duas publicações significa que há uma tendência significativa de autorias múltiplas, com apenas 7,7% de autoria

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

única. A Tabela 2 apresenta os autores com maior produtividade no tema e as instituições a que estão afiliados.

Tabela 2 - Autores mais produtivos na base BRAPCI na temática acessibilidade no período de 2015 a 2024

Autores	Publicações	Instituições
Marckson Roberto Ferreira de Souza	18	UFPB
Tania Chalhub (de Oliveira)	11	UFPA
Daniela Francescutti Martins Hott	10	UNB
Fernando Luiz Vecchiato	9	UFRN
Levi Cadmiel Amaral da Costa	9	UFPB
Italo José Bastos Guimarães	8	UFPB
Sandra de Albuquerque Siebra	7	UFPE
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti	7	UNESP
Cassia Cordeiro Furtado	7	UFPA

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O cenário dos autores com maior número de publicações sobre acessibilidade apresenta uma configuração interessante, com destaque para a Região Nordeste, com três (3) pesquisadores da UFPB, uma (1) da UFPE e um (1) da UFRN. A Região Norte conta com duas (2) autoras da UFPA, a Região Centro-Oeste, a UNB com uma (1) autora e a Região Sudeste também com uma (1) da UNESP. A coautoria entre pesquisadores da mesma instituição aparece com peso significativo na UFPB, enquanto na UFPA está presente em um artigo apenas. Há ainda a coautoria entre pesquisadores de diferentes instituições, como os pesquisadores da UNESP e UFRN. É importante sinalizar que a coautoria é bem mais ampla do que as apontadas entre os autores do grupo analisado, muitas das publicações analisadas nesta pesquisa contam com a participação de outros pesquisadores que aparecem em mais duas ou três outras produções científicas.

Visando completar o cenário das produções científicas dos pesquisadores em foco é fundamental apresentarmos as temáticas mais estudadas nesse período.

A acessibilidade digital aparece nas palavras-chaves de quase totalidade das publicações nos últimos 10 anos, às vezes com esse termo ou como acessibilidade na web ou inclusão digital. Para alguns autores ela é central (Souza, Vidotti, Vecchiato, Hott, Costa), para outros aparece de forma pontual em um ou dois trabalhos (Chalhub, Siebra, Furtado).

Há duas abordagens sobre a temática, algumas publicações são mais gerais com relação à inclusão e acessibilidade, seja em ambientes digitais ou em bibliotecas e outras são

mais específicas, acessibilidade de surdos ou cegos em bibliotecas universitárias ou em museus, por exemplo. A maioria aborda a questão da acessibilidade informacional, mas também a temática de acesso à informação se faz presente, mesmo que em menor peso.

Os artigos dos primeiros anos estudados, 2015 a 2020, trazem reflexões mais conceituais e debates sobre a legislação e teorias da Ciência da Informação, enquanto as pesquisas mais atuais apresentam temas como justiça social, acessibilidade web móvel, cibersegurança, ecologias informacionais complexas e ética da informação.

Com base na leitura dos artigos analisados nesta investigação, foi possível elaborar uma nuvem de palavras-chave empregadas pelos autores na descrição de seus trabalhos, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Nuvem de palavras com as palavras-chave empregadas pelos autores



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Figura 1 revela mais do que apenas a frequência de termos; ela expõe, em camadas sobrepostas, as prioridades conceituais, epistemológicas e até políticas de um campo de produção intelectual comprometido com a interface entre tecnologia, informação e justiça social. Termos como “acessibilidade”, “informação”, “digital” e “inclusão” surgem com destaque visual, não apenas por sua recorrência, mas por sua carga simbólica e pelas disputas que mobilizam. O predomínio dessas palavras indica uma tentativa de reposicionar a Ciência da Informação em uma agenda pública voltada à equidade, porém revela também uma tensão: o desejo de inclusão não necessariamente garante a transformação estrutural das práticas excludentes que historicamente marcaram os sistemas de informação.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

A ostensiva presença da palavra “usuário” ao lado de “acessibilidade” e “deficiência” aponta para uma abordagem centrada na adaptação de tecnologias e sistemas, mas pouco se revela, ao menos visualmente, sobre os sujeitos e suas realidades socioculturais. O discurso da acessibilidade, embora necessário, corre o risco de ser instrumentalizado se desvinculado de uma crítica mais profunda ao capacitismo, à exclusão informacional e às desigualdades estruturais. Termos como “assistiva”, “cego”, “surdo” e “necessidade especial”, por exemplo, ainda se mantêm em uma lógica funcionalista, sugerindo mais a personalização de recursos do que a subversão de sistemas normativos. Vale destacar que termos como “cego” e “surdo” reflete a posição de algumas comunidades que optam por uma perspectiva cultural da deficiência ao invés de “pessoas com deficiência visual” ou “pessoas com deficiência auditiva” que estão relacionadas à visão de doença, surdez e cegueira.

Por outro lado, a ênfase em “tecnologia”, “web”, “usabilidade”, “arquitetura da informação” e “segurança” revela um discurso técnico que, embora relevante, pode enfraquecer o caráter político das infraestruturas digitais. A inclusão de termos como “privacidade”, “ciberdefesa” e “cibernética” aponta para uma preocupação crescente com os riscos do ambiente informacional, mas também denuncia uma contradição: a busca por acessibilidade ocorre, muitas vezes, em plataformas que operam sob lógicas de vigilância, extração de dados e concentração de poder.

A presença de palavras como “repositório”, “DSpace”, “institucional”, sugere a valorização dos espaços formais de produção e preservação do conhecimento, mas isso também deve ser problematizado: até que ponto esses repositórios efetivamente rompem com os paradigmas excludentes da ciência tradicional?

A nuvem de palavras, embora apresente um vocabulário carregado de compromissos éticos e sociais, também expõe lacunas e contradições. Ela serve como um termômetro das intenções de um campo disciplinar em transformação, mas exige uma leitura crítica que vá além da superfície visual, interrogando quem está sendo incluído, em que termos, por quais meios e a que custo. A acessibilidade, neste contexto, não pode ser reduzida a um artefato técnico: ela deve ser compreendida como um projeto político de reconfiguração das formas de acesso, apropriação, produção e circulação do conhecimento.

O mapeamento da produção científica sobre acessibilidade na Ciência da Informação, a partir dos dados extraídos da BRAPCI entre 2015 e 2024, evidencia não apenas o crescimento quantitativo das publicações, mas também a consolidação de espaços específicos de

disseminação e articulação do tema, com destaque para eventos como o ENANCIB e periódicos especializados. A concentração em poucos canais e a predominância de determinadas instituições e regiões, especialmente do Nordeste, sinalizam redes de colaboração ativas, embora ainda restritas. A análise das autorias e das palavras-chave revela uma paisagem marcada por abordagens diversas — desde reflexões conceituais e normativas até discussões sobre tecnologias assistivas e ambientes digitais —, indicando uma ampliação dos olhares sobre o conceito de acessibilidade.

Contudo, o aprofundamento temático e a ênfase em termos como “usuário”, “tecnologia” e “usabilidade” sugerem a necessidade de uma crítica mais estruturante: a acessibilidade, embora amplamente presente no vocabulário científico, ainda enfrenta desafios no enfrentamento das desigualdades informacionais em sua raiz. Mais do que adaptar sistemas, é preciso reconfigurar as lógicas que os estruturam. Nesse sentido, a análise aqui realizada contribui para iluminar tanto os avanços quanto os limites do campo, reforçando o papel da Ciência da Informação na construção de uma agenda comprometida com a justiça social, a equidade epistêmica e a transformação das infraestruturas do saber.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção científica sobre acessibilidade na BRAPCI entre os anos de 2015 e 2024 revela um movimento crescente e progressivo de interesse pela temática no campo da Ciência da Informação. Observa-se que, após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, houve uma ampliação do debate sobre acessibilidade, que passou a incorporar não apenas aspectos físicos e arquitetônicos, mas também dimensões digitais, comunicacionais e informacionais. Esse avanço é reflexo tanto de transformações legais quanto de mudanças nas perspectivas teóricas e metodológicas adotadas pelos pesquisadores da área.

A abordagem da acessibilidade como direito e como vetor de inclusão cidadã tem se consolidado como eixo estratégico nas práticas profissionais e acadêmicas da Ciência da Informação. Os dados analisados evidenciam que as publicações têm buscado contemplar diferentes perfis de usuários, destacando as necessidades de pessoas surdas, cegas e com múltiplas deficiências, especialmente em contextos educacionais e culturais como bibliotecas e museus.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Apesar dos avanços, ainda são visíveis lacunas e desafios a serem enfrentados, sobretudo no que diz respeito à adoção efetiva de tecnologias assistivas, à formação de profissionais da informação com competências em acessibilidade e à promoção de práticas comunicacionais verdadeiramente inclusivas. Há, portanto, a necessidade de fortalecimento das políticas institucionais e de incentivo à pesquisa aplicada que considere a diversidade dos sujeitos e a complexidade do acesso à informação.

É importante apontar alguns pontos que merecem aprofundamentos em futuras pesquisas como a concentração de autores mais dedicados ao tema estarem em instituições da Região Nordeste, 55,5%, enquanto a Região Sudeste apresenta 11%, uma tendência diferente de outras temáticas com a Região Sudeste tem um peso maior nas publicações. As escolhas metodológicas não nos permitem aventar nenhuma hipótese, sendo necessária uma nova investigação, talvez com foco nos grupos de pesquisas dos principais autores dedicados ao tema ou aos programas de pós-graduação a que estão ligados.

Conclui-se que a BRAPCI tem desempenhado um papel relevante na disseminação do conhecimento sobre acessibilidade no campo da Ciência da Informação. Contudo, é imprescindível que essa produção continue sendo ampliada e aprofundada, contribuindo para a transformação das práticas informacionais e para a garantia de direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Menezes; VIGENTIM, Uiliam Donizeti. Mediação da informação e acessibilidade: a função social do profissional da informação para a inclusão e reconhecimento político das diferenças. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - CBBBD, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2518/1630-1643-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BEIRA, Joana Carlos; *et al.* Indicadores bibliométricos na produção científica em periódicos brasileiros da ciência da informação no estrato A1. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1660/0>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BOTELHO, Maria de Fátima Cleomenis; MENEZES, Nelijane Campos. Acessibilidade nas bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 6, n. 1, p. e27519, 2022. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/194643>. Acesso em: 18 jan. 2026.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que tratam sobre a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 jan. 2026.

CORRADI, Juliane Adne Mesa. **Ambientes informacionais digitais e usuários surdos:** questões de acessibilidade. 2007. 214 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f3e2d9a5-75b0-48d1-8856-3223994265c6/content>. Acesso em: 18 jan. 2026.

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, [s. l.], v.5, n.1, 2004. p. 51-68.

FUJINO, Asa. Acessibilidade informacional de PcD no contexto da Lei de Acesso à Informação: desafios para estudo de usuários. **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 237-257, out. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28422/1/2017_art_afujino.pdf. Acesso em: 18 jan. 2026.

HILL, Heather. Disability and accessibility in the library and information science literature: a content analysis. **Library and Information Science Research**, n. 35, v. 2, 137-142. Disponível em: <https://ir.lib.uwo.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1133&context=fimspub>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOUZA, Marcos Leonel de. **E-book acessível para pessoas com deficiência visual:** análises das adequações implementadas nos materiais de um curso a distância. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9801/1/Marcos%20Leonel%20de%20Souza.pdf>.

Acesso em: 18 jan. 2026.